



LEI Nº 518/2010

Súmula: define créditos de pequeno valor para fins de quitação de precatórios

A PREFEITA DO MUNICIPIO DE FAROL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU, E, EU, NOS TERMOS DO ART. 55, V, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICIPIO C/C ART. 78 E ART. 100, DO ADCT DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI

Art. 1º. Nos termos do artigo 78 e Artigo 100 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República Federativa do Brasil fica definido como de pequeno valor, para fins de quitação de precatórios de cada exercício financeiro, os créditos iguais ou inferiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

§ 1º - É vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, de modo que o pagamento se faça, em parte, na forma estabelecida no caput e, em parte, mediante expedição de precatório.

§ 2º - É vedada a expedição de precatório complementar ou suplementar do valor pago na forma do caput.

§ 3º - Caso o valor da execução ultrapasse o estabelecido no caput, o pagamento far-se-á sempre por meio de precatório.

§ 4º - Fica facultada à parte exequente a renúncia ao crédito, no que exceder ao valor estabelecido no caput, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, na forma ali prevista.

§ 5º - A opção exercida pela parte para receber os seus créditos na forma prevista no caput implica a renúncia do restante dos créditos porventura existentes e que sejam oriundos do mesmo processo.

§ 6º - O pagamento sem precatório, na forma prevista neste artigo, implica quitação total do pedido constante da petição inicial e determina a extinção do processo.

§ 7º - O disposto neste artigo não obsta a interposição de embargos à execução por parte da Fazenda Municipal.



Art. 2º. O pagamento de obrigações de pequeno valor no Município de Farol será realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da apresentação do Requerimento à Procuradoria Geral do Município, instruído com certidão, expedida pelo Cartório ou Secretaria, demonstrando o trânsito em julgado do processo respectivo e a liquidez da obrigação.

Art. 3º. As obrigações já inscritas em precatórios que satisfaçam o disposto no art.1º desta lei, serão pagas no máximo de 1 (um) ano, observada a atual ordem de inscrição.

Art. 4º. Para cumprimento do disposto na presente lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos orçamentários necessários, utilizando como recursos as formas previstas no §1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 5º - O valor estabelecido no caput do artigo 1º fica vinculado a no mínimo o valor do maior benefício do regime geral da previdência social – INSS.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal José Semiguel, 27 de abril de 2010

DIRNEI DE FATIMA GANDOLFI CARDOSO
Prefeita